



Revista Eletrônica TRT da 15ª Região CORREGEDORIA REGIONAL

Ano III – Número 6 – Dezembro/2015

Campinas/SP



**Mapeamento Global
de Desempenho (MGD)**



Trabalho Solidário

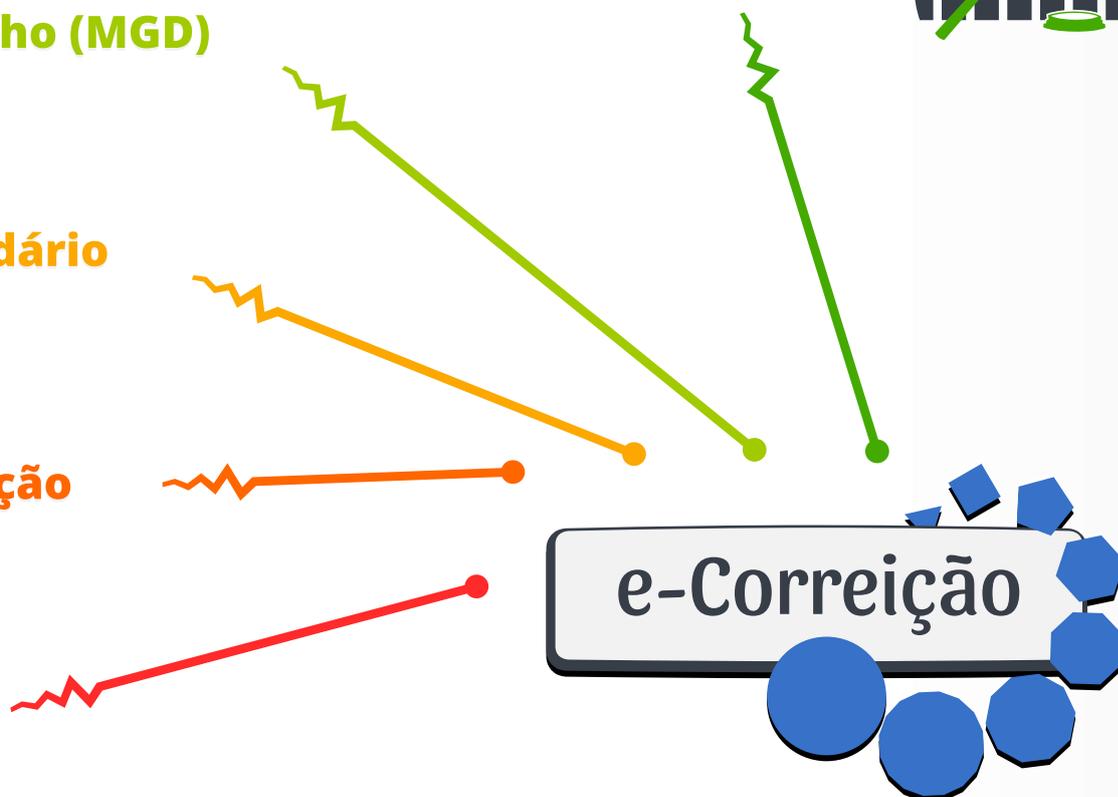


Ata de Correição



**Metas CNJ
e CSJT**

**Relatório de Acompanhamento
de Magistrados**



O Sistema por trás das

ferramentas eletrônicas de gestão utilizadas pela Administração do TRT da 15ª Região foi batizado de e-Correição. Hoje o *data warehouse* já fornece dados para cinco projetos de alta inovação. Saiba mais:

Páginas 4 a 9

Sumário



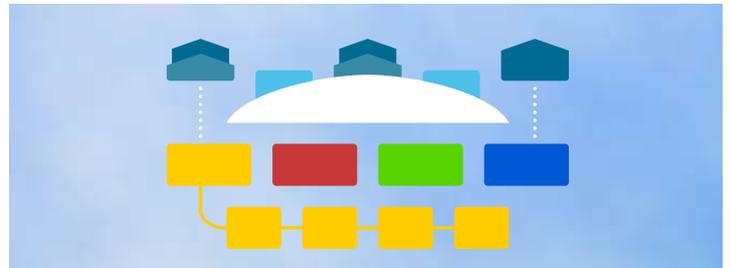
Saiba mais sobre o e-Correição, ferramenta eletrônica da Corregedoria para emissão de relatórios – **Pg. 4**

MOSTRA



Com foco na uniformização de procedimentos, Corregedoria realiza 4ª edição anual da Mostra de Boas Práticas da 15ª Região – **Pg. 10**

Extra: fascículo apresenta práticas selecionadas para a 4ª Mostra de Boas Práticas – **Avulso**



Núcleo de Pesquisa Patrimonial completa um ano desde sua implantação no âmbito do TRT15 – **Pg. 20**

EDIÇÃO ESPECIAL: SERVIDORES

Conheça os servidores e colaboradores da Secretaria da Corregedoria Regional – **Pg. 24**

O Oficial de Justiça Charles Agostini conta um pouco de sua trajetória junto à Corregedoria – **Pg. 25**

Bruno e Eduardo contam sobre sua relação com a prática desportiva do futebol, como forma de integração com outros servidores – **Pg. 27**

Expediente

DIREÇÃO DO TRIBUNAL

PRESIDENTE

Lorival Ferreira dos Santos

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Henrique Damiano

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes

CORREGEDOR REGIONAL

Gerson Lacerda Pistori

VICE-CORREGEDOR REGIONAL

Manuel Soares Ferreira Carradita

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Manoel Carlos Toledo Filho

OUVIDOR

José Otávio de Souza Ferreira

VICE-OUVIDORA

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

Olga Aida Joaquim Gomieri
 Eduardo Benedito de Oliveira Zanella
 Henrique Damiano
 Flavio Allegretti de Campos Cooper
 Luiz Antonio Lazarim
 José Pitas
 Luiz Roberto Nunes
 Lorival Ferreira dos Santos
 Manuel Soares Ferreira Carradita
 Fernando da Silva Borges
 Flavio Nunes Campos
 Gerson Lacerda Pistori
 Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho
 Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes
 Edmundo Fraga Lopes
 Tereza Aparecida Asta Gemignani
 Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla
 Thomas Malm
 Susana Graciela Santiso
 Samuel Hugo Lima
 Maria Madalena de Oliveira
 Fabio Grasselli
 Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi
 Dagoberto Nishina de Azevedo

Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira
 Manoel Carlos Toledo Filho
 Antonio Francisco Montanagna
 Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza
 Luiz José Dezena da Silva
 Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani
 João Alberto Alves Machado
 Claudinei Zapata Marques
 José Otávio de Souza Ferreira
 Ana Paula Pellegrina Lockmann
 Roberto Nóbrega de Almeida Filho
 Helcio Dantas Lobo Junior
 Eder Sivers
 Antonia Regina Tancini Pestana
 Carlos Augusto Escanfella
 Eleonora Bordini Coca
 Carlos Alberto Bosco
 João Batista Martins César
 Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo
 Fábio Allegretti Cooper
 Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa
 Edison dos Santos Pelegrini
 Luciane Storel da Silva
 Ricardo Antonio de Plato
 Ricardo Regis Laraia
 Wilton Borba Canicoba
 José Carlos Ábile
 Jorge Luiz Costa

COORDENAÇÃO

Vlademir Nei Suato
 Secretário da Corregedoria Regional

JORNALISTA RESPONSÁVEL

José Francisco Turco – MTb/SP 21.571
 Tel.: (19) 3731-1689
 jfturco@trt15.jus.br / imprensa@trt15.jus.br

EDIÇÃO E REDAÇÃO

Equipe da Corregedoria

FOTOGRAFIA

Arquivo TRT15

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Turco Merlim
 Leandro Vinicius Miranda Cauneto

FONTE TIPOGRÁFICA

"Open Sans"
 By: [Steve Matteson](#)
[Apache License, version 2.0](#)

Contato: corregedoria@trt15.jus.br



Os caminhos do e-Correição



Entenda,
a seguir,
o **fluxo de
dados** do
sistema

O e-Correição é um grande banco de dados, um *data warehouse* com informações vindas do e-Gestão, sobre os processos das Varas do Trabalho. Esse grande banco de dados é utilizado para a análise da situação das Varas e posterior definição de ações e políticas a serem adotadas pela instituição.

O nome que damos a esse processo de coleta, organização e análise de dados para posterior compartilhamento e monitoramento de informações, com o objetivo de fornecer suporte à gestão, é *Business Intelligence* (BI).

A princípio, o e-Correição deveria ser base de dados para a geração automática de Atas de Correição e para o cálculo dos índices do Mapeamento Global de Desempenho – MGD, que eram duas necessidades imediatas da Corregedoria.

Esse projeto foi iniciado em conjunto com o TRT23, mas em virtude de plataformas tecnológicas diferentes entre os dois Tribunais, apenas a primeira parte do projeto, a ferramenta de ETL (*Extract Transform Load*), que cuida da extração, transformação e carga dos dados, foi feita em conjunto.

Para o desenvolvimento desse projeto, a Corregedoria, com o apoio da Presidência, entendeu ser necessária a presença de um servidor da área de Tecnologia da Informação *in loco*, em virtude da especificidade do projeto e da dedicação integral exigida, seja para entender as necessidades dos indicadores que iriam compor o e-Correição,

seja para construir e homologar a ferramenta.

Uma vez concluídos os trabalhos de geração das Atas de Correição e da primeira versão do MGD, o sucesso da ferramenta desenvolvida acabou sendo aproveitado para o desenvolvimento de outros relatórios.

Para desenvolver um relatório em um sistema de BI, é preciso que os dados que comporão o relatório façam parte do *data warehouse*, e em suma, para que um dado faça parte desse banco de dados, é preciso que seja feita uma análise dos índices do e-Gestão que irão compor o indicador no e-Correição. Após feita a análise, é preciso desenvolver a ferramenta de ETL responsável por essa extração e só posteriormente o relatório, que fornece acesso aos dados armazenados, é criado e disponibilizado para a consulta e a tomada de decisão.

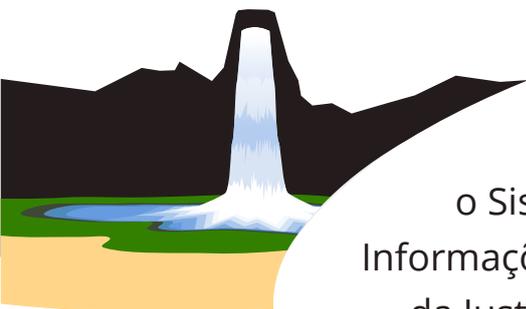
Esse processo é complexo, e deve ser ágil, uma vez que muitas das decisões precisam ser tomadas rapidamente.

Os relatórios

Hoje, além do MGD, o e-Correição fornece dados para a geração dos seguintes relatórios:

- **Relatório de Processos Conclusos – Movimento 51**, que tem por objetivo fornecer informações para os Magistrados acerca dos processos que ►

e-Gestão



A **fonte dos dados** utilizada pelo e-Correição é o Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho – e-Gestão, desenvolvido em Brasília, pelo TST.



O mecanismo utilizado para trabalhar o fluxo de informações se assemelha a um **moinho**. Os dados são obtidos por uma ferramenta de **Extract, Transform, Load – ETL**, que permite combinar dados do e-Gestão para produzir dados úteis às atividades da Corregedoria, os quais são armazenados em um **Data Warehouse**, em português, **armazém de dados**; para futuro uso nos relatórios utilizados nas ações desenvolvidas.



METAS CNJ E CSJT

As metas definidas pelo CNJ e CSJT visam dar concretude para o planejamento realizado pela Justiça do Trabalho, de modo a realizar o direito dos jurisdicionados com efetividade e celeridade. Este acompanhamento da entrega de fato da prestação jurisdicional em cotejo às metas é possível por meio dos relatórios gerados a partir do e-Correição.

MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO (MGD)

A sensação de justiça da população passa pela capacidade que a Justiça do Trabalho tem de inibir infrações aos direitos do cidadão, o que está intimamente relacionado à celeridade e efetividade na prestação do múnus público. Identificar gargalos na fase executória, em que as verbas alimentícias são reavidas pelo trabalhador, é um exemplo de como as ferramentas estatísticas de leitura de cenário podem ser úteis para gestores preocupados em atacar as principais fragilidades de sua unidade, em prol do cidadão. O MGD traz essa perspectiva para os gestores, por meio de gráficos e tabelas.

ATAS DE CORREIÇÃO

A atividade precípua da Corregedoria é a Correição Ordinária, realizada anualmente em todas as Varas do Trabalho da 15ª Região. Com o sistema e-Correição se tornou possível gerar os elementos fixos desses documentos de forma automática. O efeito prático foi um menor investimento em tra-



RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DE MAGISTRADOS

O acompanhamento da carga de trabalho afeta aos magistrados, bem como do tempo das movimentações processuais permite ao pretor gerir a prestação jurisdicional evitando atrasos ao cidadão jurisdicionado. Também facilita o diálogo entre pretor e Corregedoria, quando necessário, pois traz objetividade para o diálogo.



TRABALHO SOLIDÁRIO

Aliado ao MGD, o Índice de Horas de Trabalho Solidário permite reunir esforços e otimizar a força de trabalho disponível em toda a área territorial abrangida pelo TRT-15. O reflexo para o público se vê na forma de uma maior qualidade e celeridade no serviço recebido; ao passo que, para os servidores, significa aprender com os colegas e compartilhar experiências de sucesso enquanto o trabalho é realizado com maior produtividade.



encontram-se conclusos, seja para prolação de sentença, seja proferir decisão acerca de incidentes processuais;

- **Relatório de Aferição de Resultados**, evolução do Relatório de Processos Conclusos, que passa a contar também com mais dois novos grupos de informações: “Informações Gerais”, contendo uma visão panorâmica do trabalho individual de cada Juiz e “Informações Detalhadas”, que apresentam as minúcias daquele trabalho, permitindo também uma análise em face ao trabalho de toda a Primeira Instância do Regional.

- **Relatório para Acompanhamento das Metas**, que permitem acompanhar o desenvolvimento das atividades nas Varas com o objetivo de orientar no cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e pelo CSJT. Para o ano de 2015 temos relatórios das Metas 1, 2, 5 e 6 do CNJ e Meta 5 da Justiça do Trabalho. Anualmente esses relatórios precisam ser revistos em virtude da modificação das metas, e toda criação de relatório envolve as atividades relatadas anteriormente;

- **Relatório de Processos por Fase**, em duas versões: uma para análise estratégica interna como ferramenta de auxílio para definir as unidades que participarão do projeto de migração de processos físicos para o PJe/JT, e outra para orientar o trabalho das Varas na execução das tarefas práticas desse projeto.

- **Relatório de Trabalho Solidário**,

que tem por objetivo mostrar um retrato da distribuição de trabalho solidário da 15ª Região;

- **Diversos relatórios auxiliares** para orientar tarefas pontuais e urgentes das Varas, de acordo com necessidades identificadas pela Corregedoria.

Os sistemas satélites

Além da ferramenta de ETL que alimenta o e-Correição e dos relatórios gerados com esses dados, existem alguns sistemas satélites que permitem a inserção de informações que não são do e-Gestão, mas que são importantes para as análises da Corregedoria, a saber:

- **Ata de Correição**, sistema que executa a tarefa de gerar a ata de Correição, alimentando tabelas e gráficos com dados obtidos do e-Correição, e permitindo a inclusão de dados que são específicos de cada unidade correicionada;

- **Trabalho Solidário**, ferramenta que permite que as horas de trabalho solidário cedidas por cada Vara sejam inseridas no e-Correição para as posteriores análises necessárias;

- **Relatórios e-Correição**, que é o sistema responsável por gerar e distribuir aos respectivos destinatários todos os relatórios que utilizam o e-Correição;

- **Carga e-Correição**, que apesar de ser apresentado por último, é a origem de tudo: ferramenta que permite que a

carga de dados do e-Correição seja agendada e acompanhada, de forma automatizada.

O resultado da presença da área técnica dentro da Corregedoria

Além desses sistemas e relatórios perenes, existem também incontáveis relatórios sazonais, que muitas vezes representam apenas uma extração de dados do banco em uma planilha eletrônica, ou apenas pequenas consultas, que servirão para decisões urgentes e pontuais, que não demandam a criação de um relatório inteiro, ou de um sistema.

E esse é um dos motivos da importância da presença de um servidor da área de Tecnologia da Informação *in loco* na Secretaria da Corregedoria.

No contexto do Poder Judiciário, as atividades desenvolvidas pela área fim possuem diversas particularidades que

dificultam a separação total entre a área técnica e a área judicial. Diversos conceitos são muito específicos, e a presença *in loco* de um servidor da área técnica permite que essa pessoa esteja imersa no universo jurídico que demanda as soluções tecnológicas, tornando o processo de desenvolvimento dos sistemas e relatórios extremamente mais ágil e eficiente, além de diminuir enormemente a possibilidade de erros na interpretação das necessidades da área fim, otimizando, assim, a utilização dos recursos públicos e culminando, ao fim da linha, com a almejada garantia à celeridade processual, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal e o atendimento eficaz das demandas daqueles que procuram o Poder Judiciário em busca de reparação pela lesão aos seus direitos. Afinal, esse é o motivo de estarmos aqui. ♦



DIÁLOGO

Com foco na uniformização de procedimentos, Corregedoria realiza a 4ª Mostra de Boas Práticas da 15ª Região

Fotos: Laiz Marques e Rafaela Rodrigues.
Por Luiz Manoel Guimarães,
com atualizações.

Com o slogan "Uniformizar para continuar rumo à qualidade da prestação jurisdicional" e a proposta de fomentar o compartilhamento de ideias que possam ter impacto positivo no atendimento às necessidades dos jurisdicionados, foi realizada nessa sexta-

feira, 6 de novembro, a 4ª Mostra de Boas Práticas da 15ª Região. Foram inscritos cerca de 30 projetos desenvolvidos nas unidades de 1ª instância, de iniciativa individual ou coletiva, e nove foram selecionados para apresentação no evento. Promovida anualmente pela Corregedoria Regional, a mostra conta com o apoio da Assessoria de Gestão Estratégica do TRT-15.

Transmitida em tempo real por



Ao centro, o Presidente do TRT-15, o Exmo. Desembargador Lorival Ferreira dos Santos, discursando durante a abertura do evento. À sua esquerda, o Corregedor, Exmo. Desembargador Gerson Lacerda Pistori, à sua direita, o Ouvidor, Exmo. Desembargador José Otávio de Souza Ferreira. No outro extremo da mesa, o Juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga, Presidente da AMATRA XV.

meio do site da Corte, a mostra ocorreu no Plenário Ministro Coqueijo Costa, no edifício-sede do Regional, em Campinas, e mais uma vez provou a criatividade e a dedicação dos servidores da 15ª. As práticas foram escolhidas com base em critérios como contribuição à melhoria dos índices de desempenho, disseminação de soluções para o avanço da capacidade de promoção de justiça e valorização dos servidores. O foco este ano foram as iniciativas que podem contribuir mais para a uniformização da gestão das ações trabalhistas, tanto no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) quanto ainda em autos no papel, bem como para a padronização das atividades dos oficiais de justiça.

Os projetos vencedores foram "Otimização dos recursos para administração do passivo da Vara", da 2ª Vara do Trabalho (VT) de Jundiaí, na seleção da Corregedoria, e, na votação pela internet, aberta a todos os magistrados e servidores da 15ª, "Saneamento de processos em fase de execução para melhora do fluxo e migração do Sistema de Acompanhamento Processual (SAP) para a plataforma PJe-JT", da VT de Batatais. O primeiro foi apresentado pela diretora substituta da secretaria da unidade, Sueli Maria Brunelli Pozzani, e o segundo, pela diretora, Mary Léa Paulino Gonçalves. Com 33 anos de carreira na Justiça do Trabalho, Mary Léa foi homenageada deste ano na mostra, em reconhecimento pela sua con-

tribuição à JT e pelo apoio aos projetos implementados pela Corregedoria.

Processo de diálogo

Na solenidade de abertura, a mesa alta foi composta pelos desembargadores Lorival Ferreira dos Santos, presidente do TRT, Gerson Lacerda Pistori, corregedor regional, e José Otávio de Souza Ferreira, ouvidor da 15ª e presidente do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), além do juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV). Também acompanharam a cerimônia os desembargadores Luiz Antonio Lazarim, Samuel Hugo Lima e Helcio Dantas Lobo Junior e os juizes auxiliares da Corregedoria, Maria da Graça Bonança Barbosa e Oséas Pereira Lopes Junior.

Em seu pronunciamento, o desembargador Lorival enfatizou que a Corregedoria Regional "a cada biênio está mais revitalizada, mais fortalecida, e atenta a toda e qualquer atividade do 1º grau de jurisdição". Para o magistrado, na gestão do colega Gerson o órgão "vem fazendo um trabalho extraordinário".

Sempre fiel ao seu estilo informal de discursar, o corregedor ressaltou a importância da Mostra de Boas Práticas e da troca de ideias proporcionada pelo evento, no que seguem transcritas suas inspiradas palavras. ▶

"Dando prosseguimento ao nosso trabalho, eu queria, em primeiro lugar, nas minhas rápidas palavras, agradecer de novo o Presidente do Tribunal. Sem ele o Tribunal não funciona; e quando o Presidente é bom o Tribunal funciona melhor. Eu queria agradecer por o senhor ser um bom Presidente.

Outra coisa, eu queria primeiro, também, fazer um agradecimento público ao Dr. José Otávio, que faz parte da mesa, bem como ao Dr. Rodrigo, que também faz parte da mesa, porque eles têm colaborado no nosso processo de diálogo – de dialético, e é muito importante esse contato, essa conversa – o tempo todo, que começa com a Presidência, passa pela Ouvidoria, passa pela AMATRA, também, quando a gente abre e joga aberto os problemas e as tentativas de resoluções.

Eu queria fazer um especial agradecimento aqui, ao Dr. Lazarim, porque ele é o nosso grande revolucionário da Corregedoria, a partir da informática. Embora nós tivéssemos grandes pessoas que passaram por aqui, foi ele que começou essa revolução na Corregedoria. Eu acho que isso tem que ficar muito claro para todos. E ele, agora, ajudando a Presidência na parte de in-

formática, está também revolucionando a parte da informática do Tribunal, em função da efetividade do processo que o Presidente fala. Então eu queria agradecer publicamente, dar-lhe os parabéns; e, por favor, continue nos ajudando, é fundamental.

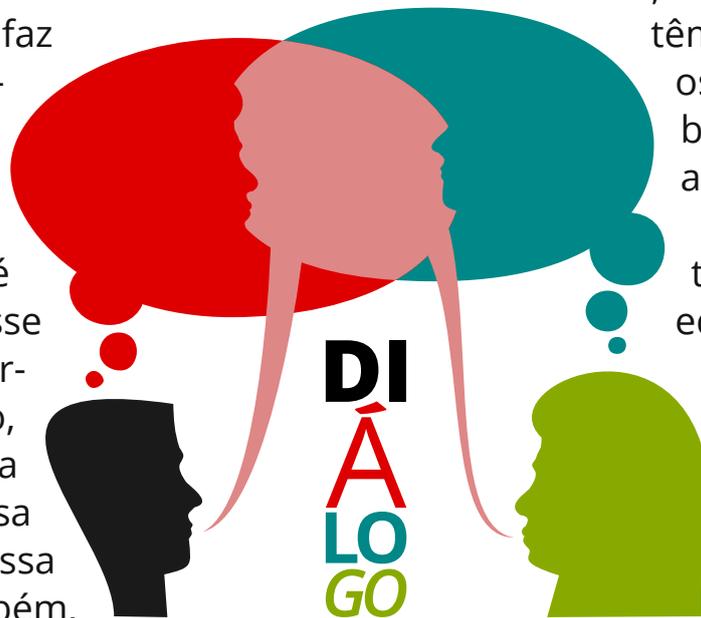
Eu queria agradecer a presença do Dr. Samuel, do Dr. Élcio, estão sempre juntos, também, com a Corregedoria, dando apoio; e os Desembargadores, em geral, do Tribunal, têm sido muito solidários, e eu queria também fazer um público agradecimento.

Agora, eu queria também agradecer à equipe. Eu acho que os dois juízes auxiliares, o Oséas e a Graça, são fundamentais na atividade da Corregedoria. Eu digo que a

Graça e o Oséas correspondem à cavalaria e à infantaria da Corregedoria. Eles atuam de uma maneira assoladora e isso é ótimo!

Além disso o Vlademir e o pessoal que trabalha com a Corregedoria com o Vlademir. Embora esteja nos deixando, né, os dois assessores da Corregedoria são muito importantes.

O Ayrton continua, mas nós temos aqui, estamos perdendo o nosso querido Norton! O Norton é muito importante, porque aquela "mineirisse" dele ►





É essa correspondência entre você e o outro e a visão que o outro tem de você e você tem do outro é que vai dar, dialeticamente, a síntese da importância do convívio."

é fundamental na atividade e, ao mesmo tempo, ele é muito objetivo, produtivo e tem dado o tom para a tentativa de recuperação das Varas. Esse trabalho dele precisa ser continuado; embora ele esteja, merecidamente, se poupando um pouco. Mas a linha, o tom que ele deu foi muito importante; e o Ayrton, que fez um belo trabalho também.

Os meus assessores, a Cláudia e o João, que também ajudam muito; e o pessoal todo da Corregedoria, todo mundo atua muito e veste a camisa; e esse trabalho, liderado pelo Vlademir, tem que ser destacado.

Já fiz os devidos agradecimentos, vamos diretamente para sairmos daqui

logo, para começarmos o trabalho. Eu pensei: o que eu vou falar para vocês? Eu já falei da orquestra, eu já falei... O que eu vou falar mais? Não tenho mais nada a falar? Daí eu lembrei de um personagem de um intelectual palestino americano chamado Edward Said. Edward Said morreu em 2003, com leucemia e ele foi professor titular de Harvard, Yale, John Hopkins.

Ele era de literatura inglesa, crítico literário, e também crítico musical; e ele era muito amigo do Daniel Barenboim, que é aquele grande maestro – ele já esteve até aqui tocando até aqui na orquestra sinfônica de São Paulo, lá naquele espaço. Ele é maestro de grandes orquestras internacionais. E eles fizeram juntos uma orquestra na palestina, compondo palestinos e judeus.

Os dois, um de formação palestina, que era o Said, e o outro, Barenboim, montaram uma orquestra na palestina composta de pessoal palestino e judeu. E é uma orquestra que tinha como base a importância do diálogo.

Esse homem, ele era muito importante, porque ele, como crítico musical, dizia uma coisa que eu acho fundamental: a importância do intérprete. Por que a importância do intérprete? Porque ele é a intersecção entre o autor e o ouvinte. É o intérprete, portanto, que dá o funcionamento musical.

Nós, quando tratamos de boas práticas, nós estamos falando em diálogo, dialogia, dialética. Por quê? Desde a

língua, a formação da língua, o que faz o homem ser homem? É a língua. O que nos une é a língua. Se nós não tivermos o diálogo... Porque é o diálogo que forma a língua e o homem.

Nessa concepção de diálogo, de dialogismo, é pelo outro que você tem o reflexo de você mesmo. Você não fala sozinho para você. Você tem que falar para o outro. E não importa aquilo que você acha de você. Só o distanciamento do outro é que te vai dar a oportunidade de ter uma visão sobre você mesmo: que é do outro e não é sua. É essa correspondência entre você e o outro e a visão que o outro tem de você e você tem do outro é que vai dar, dialeticamente, a síntese da importância do convívio.

O que é a figura das boas práticas? É o diálogo em ação. É a visão do outro sobre aquilo que se está fazendo e a colocação para o outro daquilo que se

está fazendo, aguardando uma imagem de distanciamento, muito mais do que o espelho. Porque o espelho só reflete a imagem e a questão não é imagem, porque o homem é diferente, o homem tem várias características, várias formalidades.

Como diz a música, gado a gente marca, tange ferro, engorda e mata; mas com o homem é diferente. Então é essa oportunidade do diálogo que nós propiciamos às boas práticas para que haja uma interação e um conhecimento mútuo e 'aperfeiçoativo'.

Era isso que eu queria deixar com vocês. Agora, eu agradeço novamente a todos e peço que nós voltemos agora que a Denise vai dar prosseguimento ao nosso trabalho."

Debate sobre a execução

A programação prosseguiu com



O Excmo. Juiz do Trabalho Marcos Vinícius Barros, da 3ª Região (MG), palestrando sobre o Sistema de Investigação Bancária (SIMBA), primeiro tópico do evento.

uma palestra do juiz do trabalho Marcos Vinícius Barroso, da 3ª Região (MG). Membro da Comissão Nacional de Efetividade na Execução Trabalhista, instituída pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o magistrado falou sobre o Sistema de Investigação Bancária (Simba).

A apresentação do palestrante ao público coube ao juiz Oséas, que reforçou a importância da mostra. "Este encontro reflete a necessidade de falarmos a mesma língua. Naturalmente não existe aqui a intenção de criarmos 'robôs', sem qualquer autonomia ou iniciativa, muito pelo contrário. Mas não podemos correr o risco de viver numa Babel, numa confusão em que ninguém se entende e todos ficam olhando só para o próprio umbigo."

Para resumir as possibilidades proporcionadas pelo Simba, Barroso revelou que a operação que desvendou o chamado "Mensalão", bem como a atual "Lava-Jato", usaram o sistema para devassar as movimentações bancárias dos envolvidos. Segundo o juiz, o Simba é o "BacenJud inteligente". "É, de fato, uma solução de TI [Tecnologia da Informação] que auxilia o Judiciário no afastamento do sigilo bancário, em busca de informações fiscais e financeiras sobre os devedores, e ainda facilita a análise dos dados obtidos."

Outra grande vantagem do Simba sobre as ferramentas usadas há mais tempo pelos órgãos da Justiça do País é a maior proximidade com a realidade

atual dos executados. "O Infojud, por exemplo, informa os dados apresentados pelo devedor até a última Declaração de Imposto de Renda. Isso significa uma defasagem de no mínimo alguns meses em relação ao momento atual. Hoje, por exemplo, estamos no início de novembro. As informações obtidas via Infojud a essa altura dirão respeito no máximo ao ano de 2014, um atraso de mais de dez meses, portanto. Além disso, não necessariamente serão verdadeiras, uma vez que foram apresentadas pelo próprio declarante. Já o Simba revela a movimentação financeira do devedor ocorrida 45 dias antes apenas, daí para trás, e são informações fornecidas pelas instituições financeiras, a verdadeira movimentação feita pelo investigado, portanto."

À tarde, antes da cerimônia de premiação dos vencedores da mostra, foi a vez da palestra do juiz auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Renan Ravel Rodrigues Fagundes. Titular da Vara do Trabalho de Santa Bárbara d'Oeste, ele abordou a "Efetividade na Execução Trabalhista".

As campeãs

A prática vencedora na seleção da Corregedoria, "Otimização dos recursos para administração do passivo da Vara", consiste em apurar o passivo dos processos sem tramitação na unidade, a partir da fixação de uma "data



Nas duas imagens da esquerda, Mary Léa Paulino Gonçalves, a homenageada da Mostra, Diretora de Secretaria da VT de Batatais, Vara ganhadora do prêmio de melhor prática. E na imagem abaixo, a equipe da 2ª VT de Jundiaí, ganhadora do prêmio de prática melhor votada pela internet. Nas imagens do lado direito, os servidores e servidoras das demais práticas apresentadas.

de corte", retroativa a 30 dias, esclarece a diretora substituta da secretaria da 2ª VT de Jundiaí. Após isso, prossegue Sueli Maria Brunelli Pozzani, "a unidade trabalha em duas frentes: de um lado, diariamente e prioritariamente com os processos sem tramitação há 30 dias; do outro, com o passivo de modo otimizado, utilizando-se o chamado 'plano 5W2H' e relatórios disponíveis no SAP". O 5W2H é um "checklist" de determinadas atividades que precisam ser desenvolvidas com o máximo de clareza possível. É tido como uma das técnicas mais eficazes para organizar o que deve ser feito, distribuindo as funções entre os diversos integrantes da equipe.

Já a campeã na votação via internet,

"Saneamento dos processos em fase de execução para melhora do fluxo e migração do Sistema de Acompanhamento Processual (SAP) para a plataforma PJe-JT", implementada na VT de Batatais, consistiu, nas palavras da diretora da unidade, Mary Léa Paulino Gonçalves, no "'como fazer' para reduzir o acervo". Reuniu, esclarece a servidora, iniciativas como "correção de procedimentos e saneamento da base de dados dos processos físicos para agilizar o arquivamento de feitos, utilização dos regulamentos do próprio TRT e do TST que permitem a extinção de alguns tipos de execuções frustradas, além de unificação de execuções contra o mesmo devedor, tudo com dois objetivos: melhora do fluxo dos processos de

execução, extinguindo o que podia ser extinto, e redução do acervo para migração para a base do sistema PJe. Com isso, conseguimos transportar do SAP para o PJe os dados cadastrais dos processos, por meio de um programa desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, a partir de um programa criado na 10ª Região".

Também foram premiadas a 9ª VT de Campinas, unidade de maior índice de alinhamento dos procedimentos com as orientações da Corregedoria, a VT de Ourinhos e a 1ª de Araraquara, pela melhora significativa nos índices de desempenho nos últimos doze meses, e a VT de Pindamonhangaba, destaque no número de horas de trabalho solidário no mesmo período. A unidade foi a que mais auxiliou VTs da 15ª que se encontravam sobrecarregadas. O trabalho é feito a distância, por intermédio do sistema PJe.

Outras inovações

A prática inscrita pela 11ª VT de Campinas, "Controle de perícia", agiliza e facilita o andamento e o tempo médio de duração do processo, eliminando incidentes relacionados à prova pericial e reduzindo o volume de trabalho a ser executado pela secretaria. Segundo Adriana Pannoni Maricato, servidora que apresentou o projeto, a inovação "evita a prática de diversos atos desnecessários pelas partes e servidores,

poupando recursos físicos e financeiros e privilegiando a pronta execução de outros atos, imprescindíveis ao bom funcionamento da máquina judiciária".

Chamada de "Otimização para a fase de conhecimento, a prática da 3ª VT de Campinas, apresentada pela diretora da secretaria da unidade, Janaína Camargo Fuzetti, agiliza, entre outros aspectos, os procedimentos relativos a perícias judiciais. "Já na audiência inicial, todos os prazos processuais são fixados e é designada a audiência de instrução. As partes saem cientes de tudo. Havendo perícia, os honorários prévios não são mais depositados em contas do juízo. A parte deposita diretamente na conta do perito e comprova o depósito nos autos. Além disso, os quesitos são enviados diretamente ao profissional, por e-mail, e também é dessa forma que as partes apresentam eventuais impugnações ao laudo, tudo dentro dos prazos fixados na audiência inaugural", explica Janaína.

Já na 1ª VT de São Carlos a inovação é o "Varal Processual", que visa à capacitação dos servidores. Exibida na mostra pelo diretor da secretaria, José Manoel Goes Nunes, a iniciativa consiste em imprimir modelos de peças que podem ocorrer em quatro fases do processo – antes da audiência inicial, conhecimento, liquidação e execução –, incluindo eventuais recursos e incidentes processuais. A tarefa dos servidores em capacitação é pendurar literalmente cada peça no varal, na sequência

processualmente correta.

"Parametrização: oficiais de justiça", estabelece "parâmetros para o desempenho das atividades mais comuns dos oficiais de justiça avaliadores da Central de Mandados de Campinas", resume o oficial Gibram de Oliveira Polimene, que apresentou a prática no evento. Um exemplo, cita ele, é a determinação de penhora integral de imóvel, mesmo que o executado detenha apenas uma parcela do bem, e a avaliação do imóvel pelos índices da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e do ZAP, portal de classificados de imóveis e imobiliárias. "O objeto da parametrização é criar um guia de atuação, ao mesmo tempo que agiliza o cumprimento das ordens judiciais", acrescenta Gibram.

Mário Sérgio Guerreiro Franco, diretor da secretaria da 1ª VT de Araraquara, apresentou a prática implemen-

tada na unidade. "Ao diretor de secretaria cabe fazer a gestão de pessoas em sua equipe e a gestão administrativa da VT e também em questões perante o TRT, além de estar sempre atualizado no que diz respeito aos normativos e à jurisprudência e, ainda, manter um bom relacionamento com todas as pessoas envolvidas no contexto do processo, como juízes, partes, advogados, peritos e oficiais de justiça. Tudo isso é relevante, sem dúvida, mas suga muito tempo e energia do diretor, fazendo com que, por vezes, sintamos que a atividade-fim da VT, a gestão de processos, está 'meio de lado', o que não pode ocorrer. Por isso é que pensamos numa forma de descentralizar a gestão de processos, o que fez surgir a prática 'Incentivando a gestão participativa'", explica Mário. "Periodicamente", detalha ele, "o diretor extrai dados do e-Gestão [Sistema de Gerenciamen-



O Exmo. Juiz Auxiliar do CSJT, Renan Ravel Fagundes, palestrou sobre o tema "Efetividade na Execução Trabalhista", já ao final da Mostra de Boas Práticas.

to de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho] e se reúne com os chamados 'servidores-orientadores' de cada fase processual, mostrando a eles as pendências existentes e ensinando como saná-las, além de como evitar que voltem a acontecer. Em seguida, cada 'servidor-orientador' passa as orientações para a sua microequipe". Segundo Mário, a mudança já está trazendo resultados. "De acordo com o MGD [Mapeamento Global de Desempenho] divulgado pela Corregedoria Regional, a 1ª de Araraquara foi a VT da 15ª que mais avançou no Índice de Produtividade no último ano, e, no mesmo período, a taxa de congestionamento na execução na unidade caiu de 0,79 para 0,36."

A prática da VT de Barretos, "Comunicado Cadastro de Petições e-Doc-PJe / Processômetro", foi apresentada pela diretora da secretaria, Beatriz Villela Araújo de Carvalho. "O cadastro inadequado de petições por advogados e peritos, por intermédio do e-Doc ou no sistema PJe, dificulta a gestão de processos. Por isso, elaboramos um comunicado que foi levado ao conhecimento desses profissionais. A medida tem favorecido a celeridade processual, com reflexos na performance da VT no e-Gestão", explica a diretora. Já o "Processômetro" se trata de um resumo dos resultados obtidos em determinado período. Os dados são afixados em local de fácil visualização por toda a equipe da VT e são debatidos em reu-

niões, "propiciando uma autoavaliação e a motivação da equipe, bem como o acompanhamento da produtividade do grupo", detalha Beatriz. "É uma valiosa ferramenta para a gestão de processos e pessoas, tudo para que seja cumprida nossa missão institucional, que é solucionar conflitos nas relações de trabalho, com efetividade, para atender o jurisdicionado", sublinha a servidora.

"Utilização do Juriscalc por peritos", prática da VT de Araras, também foi apresentada na mostra, pela diretora de secretaria da unidade, Iara Cristina Gomes.

Reconhecimento

Mary Léa Paulino Gonçalves, a homenageada na mostra, começou a carreira na Justiça do Trabalho em 1982, no cargo de atendente judiciário, na então única Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), atual 1ª VT, de Franca. Formada em serviço social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e em direito pela Universidade de Franca, foi nomeada diretora de secretaria em Batatais em 1993, quando já ocupava o cargo efetivo de analista judiciário.

Produção multimidiática

Veja mais fotos do evento no Flickr do TRT-15, [clique aqui](#). Para ver os vídeos produzidos para esta edição da Mostra, [clique aqui](#) e acesse nosso canal no youtube. ♦

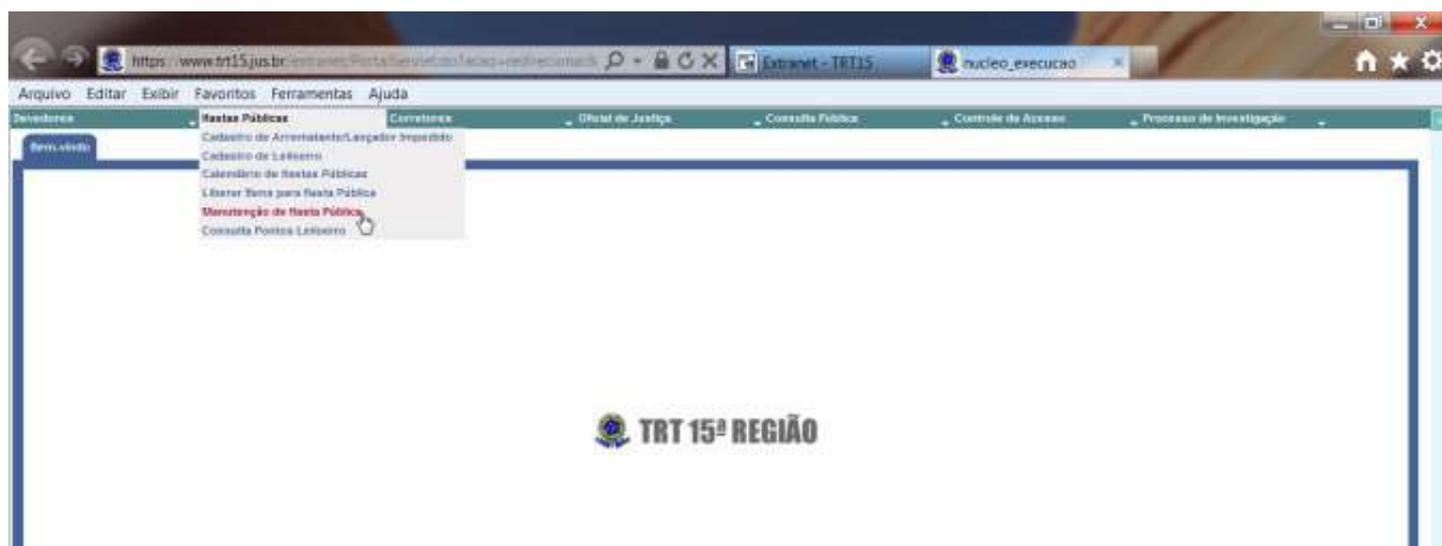
INTELIGÊNCIA

Núcleo de Pesquisa Patrimonial completa um ano de implantação na 15ª Região

O Núcleo de Pesquisa Patrimonial foi criado pelo Provimento GP-CR nº 01, de 10 de julho de 2014, em atenção ao determinado pela Resolução CSJT GP nº 138/2014. Pelo normativo do Conselho, foi concedido prazo de 180 dias para que os 24 Regionais da Justiça do Trabalho instituíssem, cada qual, o seu próprio NPP, com o respectivo aproveitamento de estruturas administrativas preexistentes.

No âmbito da 15ª Região, o Núcleo de Pesquisa Patrimonial foi concebido

de forma a abarcar, num primeiro momento, os antigos Núcleos Regionais de Gestão de Processos e de Execução, criados pelo então Desembargador Presidente, Flávio Allegretti de Campos Cooper, via Provimento GP nº 02/2013. Na proporção de um por circunscrição, e de início independentes entre si, foram subordinados ao NPP, por meio do Provimento GP-CR nº 01/2014. A efetiva implantação do Núcleo como estrutura centralizada se daria, a partir de então, a passos largos, ao longo dos meses ►



Na imagem, tela de abertura do Sistema EXE15, gestado pelo Núcleo de Pesquisa Patrimonial em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

seguintes, na medida em que eram supridas suas necessidades mínimas de espaço físico, de infraestrutura e de pessoal.

Desde seus primeiros dias, o Núcleo esteve instalado no interior da Secretaria da Corregedoria, no 16º andar da Sede Judicial, e atualmente as atividades ali desenvolvidas possuem grande afinidade com os trabalhos realizados por este órgão, no que toca à uniformização e alinhamento de procedimentos na fase de execução, colaborando diretamente com diversos dos objetivos e das metas constantes do Planejamento Estratégico vigente (quadriênio 2013 – 2016).

No presente momento, já há mais de um ano em plena atividade, o NPP revela-se importante instrumento da Corregedoria. No tempo que se passou desde sua criação, o Núcleo vem trabalhando incessantemente para o aprimoramento das atividades relacionadas à execução, frente ao árduo desafio institucional de se conferir celeridade e efetividade a essa fase processual, geralmente a responsável pelos maiores índices de congestionamento na solução satisfatória de processos.

Sistema EXE15: box de ferramentas para a execução

Os trabalhos do Núcleo de Pesquisa Patrimonial tiveram início na gestão do então Desembargador Corregedor Eduardo Benedito de Oliveira Zanella.

Sob a direção do então Juiz Auxiliar da Corregedoria, Wilton Canicoba (hoje Desembargador do Trabalho), e sob coordenação do Secretário, Vlademir Nei Suato, o NPP inaugurou suas atividades por volta de setembro de 2014.

Começavam então as tratativas com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, tendo em vista a elaboração do sistema informatizado previsto no art. 7º do Provimento GP-CR nº 01/2014. Seria o nascimento do ora denominado Sistema EXE15 – sem o qual as atividades do Núcleo, de natureza centralizada, não seriam absolutamente possíveis.

A implementação de semelhante base de dados foi oportuna, dado que, naquela ocasião, havia sido recém-publicado o Provimento GP-CR nº 03, de 22 de setembro de 2014, que unificou as hastas públicas, ao criar as Seções de Hastas Públicas, no número de uma por circunscrição. Desta feita, o foco inicial do projeto foi justamente a administração de leilões judiciais – que constituem, afinal, o objetivo primordial da execução trabalhista.

A unificação das hastas, bem como a implantação da modalidade eletrônica, é essencial para garantir o sucesso da venda judicial de bens constrictos e, conseqüentemente, a solução do processo trabalhista. Sem uma base de dados adequadamente desenvolvida para estes fins, a gestão dos leilões tornar-se-ia inviável empreitada. ►

Com o passar do tempo, o Sistema

EXE15 foi devidamente ampliado, ganhando novas funcionalidades, de modo a tornar-se uma base de dados robusta e ágil na administração não apenas das hastas públicas, mas também de bens penhorados, devedores trabalhistas (solventes e insolventes), levantamento e identificação dos maiores devedores do Regional e, em última instância, armazenagem e compartilhamento seguro de dados obtidos via pesquisa patrimonial, tanto pelos oficiais de justiça em diligências rotineiras, quanto pelos oito Núcleos Regionais, responsáveis pela investigação avançada de grandes devedores insolventes.

Nesse sentido, o Sistema EXE15, em seu aniversário de um ano, consolida-se como o modo mais eficiente de praticar a gestão de conhecimento na fase de execução, oferecendo uma referência segura para as informações coletadas a respeito dos devedores trabalhistas e da identificação de patrimônio, evitando o retrabalho e o consequente congestionamento.

Normatização: pesquisa básica X avançada

A configuração atual do Núcleo de Pesquisa Patrimonial foi em muito alterada desde sua criação, dada a nova normatização à qual o tema foi submetido, especialmente na atual gestão, pelo Desembargador Presidente do Tribunal, Lorival Ferreira dos Santos, e pelo Desembargador Corregedor, Ger-

son Lacerda Pistori. Cabe ressaltar que tais normas têm sido motivo de inspiração para outros Regionais.

Foi especialmente decisiva a Resolução Administrativa nº 06, de 19 de maio de 2015, que transformou os antigos serviços de distribuições de feitos em novas estruturas administrativas, denominadas Coordenadoras de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna, em cada um dos oito fóruns sede de circunscrição, e Coordenadorias Integradas de Atividades Administrativas, Judiciais e Centrais de Mandados, nos demais fóruns.

A Resolução Administrativa nº 06/2015, nesse sentido, consolidou a tendência que já vinha se delineando, qual seja, a de descentralizar a pesquisa patrimonial no âmbito do Regional, transferindo a responsabilidade das atividades correlatas à investigação avançada às Coordenadorias de Gestão Compartilhada, por meio dos Núcleos Regionais.

Salienta-se que o Sistema EXE15 é essencial também para o funcionamento dos Núcleos Regionais, visto que é por meio dele que são identificados os devedores insolventes, bem como são selecionados os alvos das novas investigações. O critério, conforme estabelecido no Ato GP-CR nº 05/2015, é a quantidade de credores, tendo em vista o maior impacto social. O sistema permite, ainda, a autuação eletrônica dos processos de investigação, de ca-

ráter administrativo, garantindo o compartilhamento seguro de informações entre os Núcleos Regionais.

Outro normativo impactante foi o Provimento GP-CR nº 05/2015, que definiu o *iter* procedimental dos oficiais de justiça, delineou os princípios da pesquisa patrimonial básica, a ser realizada pelas próprias Unidades de 1ª instância.

As atividades de execução ficaram, então, sujeitas a um novo organograma administrativo, tema que foi abordado de maneira extensiva na edição anterior da Revista da Corregedoria (Ano III, nº 5, Setembro/2015). O NPP, desse modo, teve o escopo de suas atribuições restrito àquelas de natureza administrativa, oferecendo suporte e orientação, bem como exercendo fiscalização sobre as Coordenadorias de Gestão Compartilhada, responsáveis, agora, por operacionalizar a pesquisa, o cumprimento de mandados e as hastas públicas.

O Núcleo desempenhou papel fundamental na orientação das novas Coordenadorias, buscando agilizar por meio de reuniões de trabalho e material de divulgação a implantação das alterações determinadas pela Resolução. Dentre as mudanças de atribuição, passou a ser competência das Coordenadorias de Gestão a realização de hastas públicas, bem como da pesquisa patrimonial de devedores trabalhistas.

O trabalho de orientação, encabeçado pelo atual Juiz Auxiliar Oséas Pe-

reira Lopes Jr., e coordenado pelo Secretário Vlademir Nei Suato, foi imprescindível para uma suave transição das antigas estruturas administrativas para as novas, ainda mais considerando o volume de atribuições das Coordenadorias. Mais ainda, configurou-se num esforço inédito e num momento de alinhamento institucional com a 1ª instância.

Perspectivas

Para o ano que vem, a expectativa é a de que o Núcleo de Pesquisa Patrimonial continue a ser ferramenta importante na promoção da uniformização de procedimentos, no que concerne à fase de execução.

A ênfase esperada passa a ser dada à atividade de fiscalização, uma vez que findou o prazo para a implantação das Coordenadorias e do novo *iter* procedimental dos oficiais de justiça, que prevê a realização da pesquisa básica pelas Unidades.

As atividades de orientação, contudo, continuarão necessárias, na medida em que as Unidades que efetuarão a pesquisa patrimonial demandem por mais formação para o uso das ferramentas tecnológicas que servem de instrumento a esse tipo de investigação, em especial o CCS e o Simba, cujas senhas já começaram a ser distribuídas aos magistrados, nos termos do Provimento GP-CR nº 06/2014. ♦

CONHEÇA QUEM COLABORA PARA TORNAR A CORREGEDORIA MAIS SOLIDÁRIA...

SE O SOL ORIENTA

nos lugares em que chegam seu raios. Se os raios são pessoas e os lugares são as varas do trabalho, o que há nesses lugares? Seriam flores? O sol brilha, as flores colorem, não há beleza na luz sem a cor das flores.



SAIBA MAIS

RECONHECIMENTO

O Oficial de Justiça Charles Agostini conta um pouco de sua trajetória junto à Corregedoria

Charles, gostaríamos que falasse um pouco de suas impressões sobre como você se sentiu trabalhando neste último período na Corregedoria.

Bom, eu sou Oficial de Justiça há vinte e um anos, dois meses e alguns dias. Tenho bastante contato com pessoas, nos últimos oito anos, por estar à frente do Sindiquinze, não como presidente, mas na diretoria do Sindiquinze, e nos últimos três anos, como também presidente da Associação dos Oficiais de Justiça.

Então, já vinha tendo contato com muitas realidades diferentes daquelas do meu dia-a-dia de trabalho, como representante sindical e associativo. Agora, no período em que fiquei aqui na Corregedoria, 5 meses, eu tive a oportunidade de conhecer algumas outras pessoas com outro enfoque. Um enfoque mais técnico, mais preocupado com o trabalho, com uma forma nova de trabalhar que foi preconizada pela Corregedoria, e de estar atuando, ajudando as pessoas como facilitador para que as pessoas cumprissem esse

normativo novo.

Isso foi para mim uma experiência bastante gratificante, primeiro porque eu sou bastante extrovertido, eu gosto de me comunicar, eu gosto de conversar, eu dei aula muito tempo na minha vida.

Estou de volta aos bancos escolares agora na Escola Judicial com tutorias de cursos em educação a distância. Mas esse contato pessoal, estar visitando cidades, me reunindo com colegas Oficiais de Justiça, que vivenciam realida-



des parecidas, porém, bastante diferentes daquelas que eu já vivenciei. Conversando com coordenadores, com servidores de secretaria, também tendo contato com realidades diversas daquelas que eu já conhecia.

A minha vivência profissional, na 15ª, foi na Vara de Piedade, na Vara de Salto e no Fórum de Sorocaba. Então, um universo bastante restrito. Aqui na Corregedoria eu tive a oportunidade, não só de firmar alguns laços de amizade e profissionais com a equipe, conhecer melhor. Perder aquele medo que muita gente tem: “nossa, a Corregedoria, aquele órgão que vai punir”. Não, não é isso.

Aqui é uma equipe multidisciplinar que busca facilitar o trabalho das pessoas, encontrando caminhos para que elas consigam produzir melhor, de preferência, com menos esforço. Então, participar disso, participar desse trabalho de normatização dos procedimentos e processos de execução me é muito gratificante.

Há dez anos, mais ou menos, eu me lembro de ter mandado uma sugestão, num canal específico do Tribunal, de banco de ideias, e, nessa sugestão, eu pedia que o Tribunal criasse convênios com o Detran, com os cartórios de registro de imóveis e com a Receita Federal, para que os Oficiais de Justiça tivessem acesso aos dados de bens dos devedores para facilitar o trabalho.

Há dez anos, que eu vinha perseguindo formas melhores de fazer com

que os processos trabalhistas chegassem ao seu final. Há dez anos que me incomoda, que eu venho buscando, sempre me incomodou, mas há dez anos eu venho buscando meios de que o nosso trabalho surta algum efeito, que a gente trabalhe e produza alguma coisa e, agora, com todo esse normativo, e todo esse enfoque diferenciado, diferente, diferenciado, com pesquisa patrimonial, com Oficiais de Justiça fazendo uso das ferramentas eletrônicas, com um grupo interno de execução, com reunião de processo, todo esse arcabouço, para mim é um coroamento pessoal ter participado da implementação disso.

Porque é algo que eu sempre, sempre persegui e na hora que o que eu persegui foi se tornar realidade, eu tava dentro do processo, dentro do projeto, atuando nele. Então, eu, no relatório que fiz para a Corregedoria sobre as visitas recentes que fiz a todas as sedes de circunscrição e mais alguns fóruns, eu agradei a oportunidade que me foi dada de fazer esse trabalho.

Um trabalho cansativo mais gratificante por ser efetivamente a conclusão de algo que eu persegui ao longo de muito tempo.

Então eu ainda sou muito grato ao Dr. Gerson, Corregedor, aos auxiliares, ao Vlademir, a toda a equipe da Corregedoria pela oportunidade que eu tive de estar nesse projeto de estar trabalhando nisso. Foi muito legal e o meu muito obrigado. ◆

INTEGRAÇÃO

Bruno e Eduardo, servidores da Corregedoria, falam dos benefícios associados às práticas desportivas

A prática desportiva não apenas promove a saúde física e mental, mas, no âmbito da 15ª, também a interação social entre os servidores. Eduardo e Bruno, da Seção de Primeira Instância da Corregedoria, têm a opinião de que o futebol serve de vínculo informal entre o órgão e a primeira instância.

Conta Eduardo que a prática é antiga: "Eu, quando trabalhava no Fórum, jogava futebol uma vez por semana pelo menos, reunindo servidores, parentes, maridos de servidoras – gente que se conhecia e gostava de jogar. Então a gente tem esse pessoal que joga junto há pelo menos uns três anos...". De lá pra cá, Eduardo mudou de lotação, mas manteve contato com os parceiros de bola. "Quando eu vim para a Corregedoria, tentei manter o futebol. A gente tem contato com o pessoal dos gabinetes também".

O time continua crescendo, com a chegada de novos servidores. Bruno, servidor desde 2014, passou a integrar recentemente a equipe: "Coincidiu de os servidores novos que entraram agora serem muito unidos, então juntou bastante gente nova".

O principal fator positivo é a integração. Bruno comenta: "É legal, porque interage né, rola uma integração também dos servidores antigos." Segundo Eduardo, o futebol "estrita laços de amizade, fora do ambiente de trabalho, numa forma de integração entre os servidores".

Além disso, recentemente, foi realizado o primeiro torneio do Sindiquinze. Dessa edição, participaram cinco times, um dos quais era em parte composto por servidores da Corregedoria. A equipe ficou em segundo lugar, com o vice-campeonato.

Bruno e Eduardo reiteram que o ambiente descontraído do futebol aos fins de semana é aberto para todos: "A gente tem esse grupo fechado, mas que é aberto pra qualquer um que queira participar e que queira jogar futebol com a gente".

O grupo, que mantém contato via WhatsApp, se reúne toda segunda-feira, às 21h30, e todo sábado, por volta das 16h00. Basta entrar em contato com os servidores para ser adicionado ao grupo e, então, comparecer aos treinos. ◆

O diálogo é o melhor caminho.



Se, por meio do **diálogo**, orientações são transmitidas e soluções são conjuntamente encontradas, a **uniformização** se mostra como o resultado do esforço de todos para aplicar as melhores técnicas, o que impacta diretamente na vida do **jurisdicionado**. O comprometimento da Corregedoria é esse, orientar por meio do diálogo, buscando, junto à primeira instância, as melhores soluções para o alinhamento institucional e a uniformização dos procedimentos.



Uniformizar para continuar rumo
à qualidade da prestação jurisdicional.

4ª Mostra de Boas Práticas

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



Práticas!

Guia de boas práticas selecionadas

Apresentadores:

*José Manoel de Goes Nunes
Beatriz Villela Araujo de Carvalho
Gibram de Oliveira Polimeni
Adriana Pannoni Maricato
Mario Sergio Guerreiro Franco
Janaina Camargo Fuzetti
Mary Lea Paulino Gonçales
Iara Cristina Gomes
Sueli Maria Pozzani e equipe*



TRT da 15ª Região
CORREGEDORIA REGIONAL

Prática 1

“Varal Processual – Conduzindo o Processo na Linha Certa.”

- **UNIDADE:** 1a VT de São Carlos;
- **AUTORIA:** José Manoel Goes Nunes e equipe.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Necessidade de formar e treinar servidores sobre os procedimentos corretos a serem implementados na condução das ações trabalhistas, com ênfase no alinhamento institucional, dentro do conceito de Células de Trabalho (Audiência, Conhecimento, Liquidação e Execução).

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Existem 5 conjuntos compostos por folhas A4 impressas com os nomes de peças e atos processuais de uma ação trabalhista: Kit 1 – Processo do Trabalho Global; Kit 2 – Audiência, Kit 3 – Conhecimento; Kit 4 – Liquidação e Kit 5 – Execução.

A PRÁTICA: Estende-se um fio (o varal) com prendedores em um local da Secretaria, onde se possa reunir a equipe. Um servidor incumbido de promover a dinâmica (*Facilitador*) embaralha as folhas do kit a ser trabalhado; chama um servidor a cada vez, entrega-lhe uma folha e pede-lhe para pendurar no varal no local correspondente ao momento processual da ação trabalhista.



Ao pendurar a folha, o servidor terá 30 segundos para falar algo sobre aquela peça ou ato processual. Assim, segue-se chamando os demais servidores até que todas as folhas estejam penduradas. O *Facilitador* deve aproveitar para fazer intervenções com comentários induzindo ao alinhamento das atividades e provendo explicações. A pedido da equipe, pode-se deixar o varal estendido por alguns dias para facilitar a memorização e propiciar debates posteriores.

Kit 1 *Processo do Trabalho Global*: estão impressas folhas com os nomes das principais peças e atos de uma ação trabalhista;

Kit 2 *Audiência*: estão impressas folhas com os nomes das peças e atos processuais que ocorrem até a efetiva realização da 1ª audiência;

Kit 3 *Conhecimento*: estão impressas folhas com os nomes das peças e atos processuais que ocorrem após a 1ª audiência e até o trânsito em julgado da ação trabalhista;

Kit 4 *Liquidação*: constam os nomes das peças e atos processuais que ocorrem após o trânsito em julgado, até a intimação/citação da reclamada para pagamento;

Kit 5 *Execução*: constam os nomes das peças e atos processuais que ocorrem após o não cumprimento da obrigação de pagar até o arquivamento da ação trabalhista.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Esta prática vem sendo implementada recentemente na 1ª VT de São Carlos, resultando em coesão da equipe e alinhamento dos procedimentos efetivados na condução das ações trabalhistas, com especial atenção à Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 (Células de Trabalho). Mostrou-se, ainda, de grande importância na fase de execução ante as recentes alterações trazidas pelo Provimento GP - CR 05/2015.

Com melhor domínio pelos servidores do *iter* procedimental há redução de retrabalho e otimização, provendo celeridade processual e alinhamento da unidade jurisdicional às diretrizes institucionais do TRT da 15ª Região, gerando melhora na qualidade da prestação jurisdicional. Os kits 2 a 5 foram criados com participação de cada servidor das respectivas células de trabalho.

É uma prática de fácil de implementação e replicação nas demais unidades jurisdicionais, pois, bastam folhas A4 impressas, um fio e prendedores, com custo próximo de zero e ótimos resultados no alinhamento da equipe, permitindo ao gestor a detecção de não-conformidades e sua correção.

Prática 2

“Processômetro.”

- **UNIDADE:** VT de Barretos;
- **AUTORIA:** Beatriz Villela Araujo de Carvalho.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Necessidade de *divulgação* dos resultados obtidos pela unidade, ante a implementação de plano de ação para alinhamento ao contido no artigo 2º, II da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Trata-se de um resumo dos *resultados* obtidos pela unidade, conforme dados extraídos do SAP. Além disto, colocamos a *média diária* de tramitação no período, bem como frases e figuras motivacionais do trabalho em equipe. O PROCESSÔMETRO é afixado na copa, em papel colorido, de modo que todos podemos acompanhar o trabalho desenvolvido.

C. RESULTADO AUFERIDO:

O *Processômetro* é uma ferramenta muito eficiente para MOTIVAÇÃO e AUTOAVALIAÇÃO da equipe.



Prática 3

Comunicado Cadastro de Petições.

- **UNIDADE:** VT de Barretos;
- **AUTORIA:** Beatriz Villela Araujo de Carvalho.

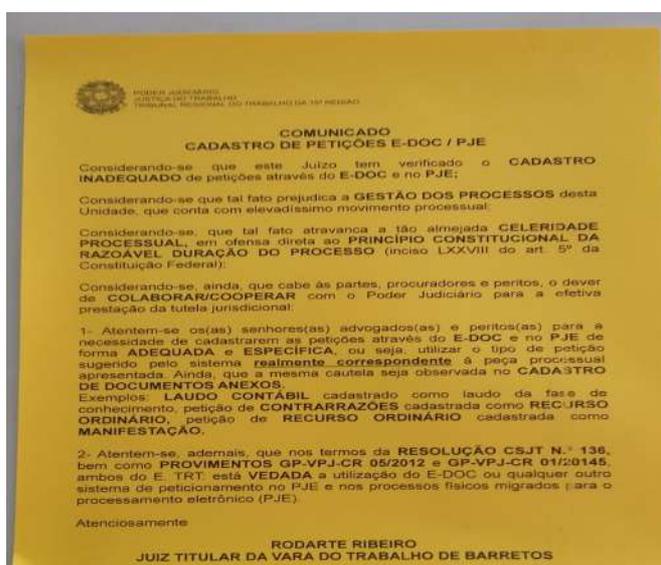
A. PROBLEMA ENFRENTADO:

CADASTRO INADEQUADO de petições através do E-DOC e no PJE.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Elaborado o comunicado "CADASTRO DE PETIÇÕES E-DOC / PJE", o qual foi afixado em local visível na unidade, distribuído aos advogados na sala de audiência e encaminhado por e-mail aos peritos.

O COMUNICADO foi enviado por e-mail para a Corregedoria.



C. RESULTADO AUFERIDO:

Espera-se que com esta recente medida, o cadastro de petições seja efetuado de forma adequada, o que favorece:

- a **GESTÃO DOS PROCESSOS** e performance da unidade no E-GESTÃO
- a **CELERIDADE PROCESSUAL**.

Prática 4

Parametrização – Oficiais de Justiça.

- **UNIDADE:** 6a VT de Campinas;
- **AUTORIA:** Ana Cláudia Torres Vianna – responsável pela Central de Mandados – Coordenadoria de Gestão Compartilhada – Campinas.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Dúvidas constante dos oficiais de justiça com os mandados, especialmente de ferramentas eletrônicas, das diversas Varas de Campinas.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Organização de um manual denominado “Parametrização para oficiais de justiça”, para simplificar e otimizar o trabalho, com situações detalhadas de como proceder nas diligências. O manual está à disposição dos oficiais, de tal sorte que os incidentes e dúvidas mais corriqueiras que surgem no cumprimento dos mandados de pesquisa e penhora tenham desde logo respostas previamente fixadas pelo(s) Juiz(es), em sistema similar ao já empregado pelos próprios juízes no trato com seus assistentes, que sabem de antemão os entendimentos e posicionamentos do magistrado acerca de cada tema em apreço.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Agilidade no trabalho com as ferramentas eletrônicas visando um mínimo de padronização. Maior contato do Juiz com os oficiais de Justiça com intuito de melhorar as rotinas e evitar diligências que não atenderiam os princípios da utilidade e celeridade que regem a execução trabalhista. A prática ainda é recente mas já foi sentida melhora nos serviços.

Prática 5

Controle de Perícia.

- **UNIDADE:** 11a VT de Campinas;
- **AUTORIA:** Gilberto Zen.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

A designação de audiência em processos que envolvem perícia estavam sobrecarregando a pauta de audiências e na maioria das vezes não havia conciliação, de forma que o comparecimento das partes se revelava mera formalidade. Ao par disso identificamos algumas empresas que não apresentam proposta de acordo nos casos que envolvem perícia.



Verificamos ainda que o modelo de despacho em uso demandava maiores serviços da Secretaria, de forma que otimizamos o procedimento de buscando agilizar e facilitar o andamento do processo.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

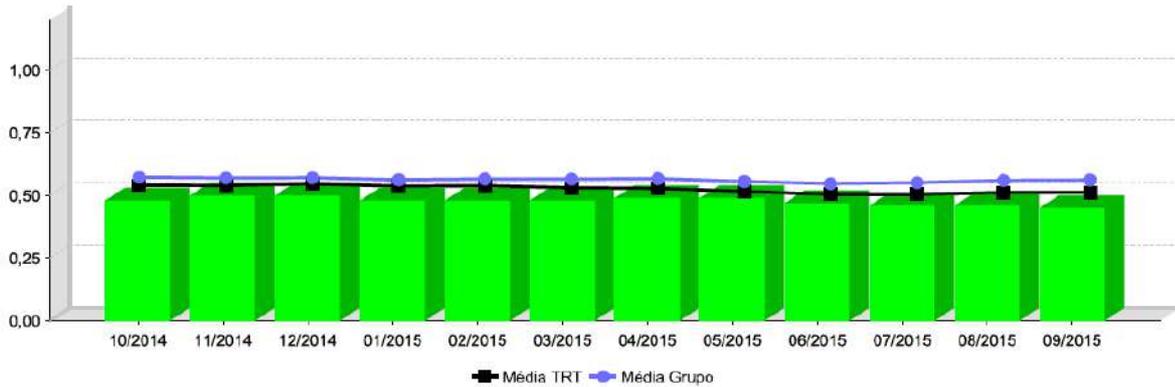
Os processos que envolvem perícia são retirados de pauta, sendo proferido despacho em que a reclamada é intimada para apresentar contestação no prazo de 20 dias, ressaltando que havendo interesse na conciliação o processo será incluído em pauta.

Apresentada a contestação é designada perícia, com data certa, com determinação para que as partes apresentem quesitos e assistentes diretamente ao perito, por email. Realizada a perícia, o perito encaminha o laudo às partes, por e-mail, que deverão oferecer suas impugnações. Oferecidas as impugnações o perito faz a juntada do laudo no PJe, com as impugnações e respectivos esclarecimentos. No despacho de determina a perícia já fica designada a data da audiência de instrução.

O procedimento é adotado para todos os casos em que haja necessidade de perícia médica. Para perícia de insalubridade/periculosidade o procedimento é adotado para empresas específicas que rotineiramente não apresentam proposta de acordo tendo em conta a experiência da Vara. Para as demais reclamadas é designada audiência inicial, tendo em vista a possibilidade de acordo.

C. RESULTADO AUFERIDO:

1. Redução de trabalho pela Secretaria;
2. Otimização da pauta de audiências;
3. Eliminação de incidentes (impugnações/manifestações) sobre a perícia;
4. Agilidade da realização e finalização da prova pericial;
5. Redução no tempo médio de duração dos processos.



Período	Grupo	Média TRT	Média Grupo	Índice [TCC]	Situação no TRT	Situação no Grupo
02/2015	De 2001 a 2500	0,52	0,54	0,48	● -0,04	● -0,06
03/2015	De 2001 a 2500	0,51	0,54	0,48	● -0,03	● -0,06
04/2015	De 2001 a 2500	0,51	0,54	0,49	● -0,02	● -0,05
05/2015	De 2001 a 2500	0,50	0,53	0,49	● -0,01	● -0,04
06/2015	De 2001 a 2500	0,48	0,53	0,47	● -0,01	● -0,06
07/2015	De 2001 a 2500	0,48	0,53	0,46	● -0,02	● -0,07
08/2015	De 2001 a 2500	0,49	0,54	0,46	● -0,03	● -0,08
09/2015	De 2001 a 2500	0,49	0,54	0,45	● -0,04	● -0,09

Prática 6

Incentivando a Gestão Participativa.

- **UNIDADE:** 1ª VT de Araraquara;
- **AUTORIA:** Mário Sérgio Guerreiro Franco.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Dificuldade na gestão de processos em virtude de lançamentos errados no e-Gestão ou simplesmente ausência dê.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Acompanhar periodicamente os dados obtidos no e-Gestão e orientar os servidores – de acordo com a fase do processo em que atuam – a sanar inconsistências e a efetuar os registros pertinentes, criando paulatinamente a cultura da necessidade dos corretos lançamentos para a gestão, com a consequente melhora nos congestionamentos.

C. RESULTADO AUFERIDO:

A prática começou a ser adotada em 12/2014.

Evolução dos congestionamentos de acordo com o MGD:

TCE: de 0,79 para 0,43.

TCC: de 0,59 para 0,42.

TCIP: 0,21 para 0,11.

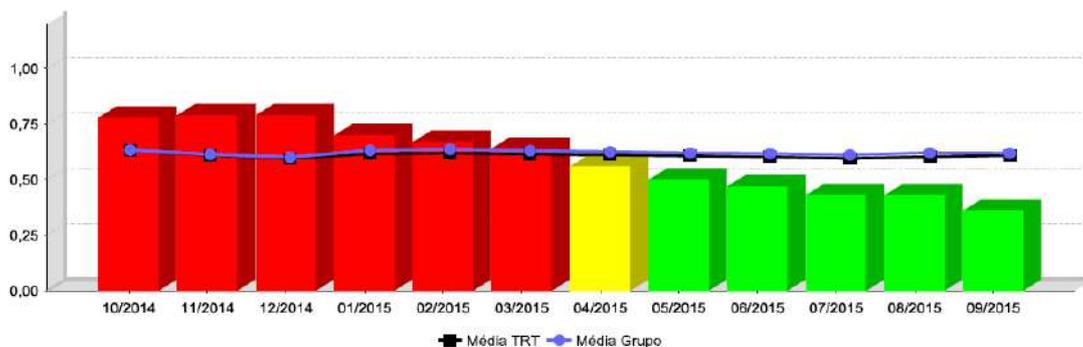


Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
Corregedoria Regional

Congestionamento na Execução [TCE]



ARARAQUARA - 1ª VARA - De 1501 a 2000 processos



Prática 7

Otimização para a fase de conhecimento.

- **UNIDADE:** 3ª VT de Campinas;
- **AUTORIA:** Janaína Camargo Fuzetti.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Comprometimento dos peritos e das partes quanto aos prazos e deliberações da audiência.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Nos casos de processos que exigem a realização de perícia, todos os procedimentos decorrentes desse trabalho são estabelecidos em audiência, a fim de se evitar a necessidade de atuação direta dos servidores para que o processo tenha uma tramitação adequada.

Assim, estabelecemos a data da perícia e todos os prazos seguintes, inclusive das partes, sendo que todos os envolvidos saem cientes.

A inovação consiste nos honorários periciais prévios depositados em conta bancária do próprio perito, dispensando a necessidade de expedição da guia de retirada.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Com a necessidade de organização da Secretaria em grupos de conhecimento e execução, percebemos que o grupo do conhecimento otimiza uma parte considerável do seu serviço, ao passo em que toda a tramitação do processo até a realização da audiência de instrução é praticamente automática.

Com a mão de obra otimizada, conseguimos utilizar algumas pessoas do próprio grupo de conhecimento para auxiliar o grupo de execução em situações práticas.

Além de concentrar esforços na fase mais crítica da Unidade, contribuímos para que a equipe se sinta unida e responsável pelos resultados do grupo em geral.

Prática 8

Saneamento dos Processos em Fase de Execução para Melhora do Fluxo e Migração do SAP para a Plataforma PJe-JT.

- **UNIDADE:** VT de Batatais;
- **AUTORIA:** Mary Léa Paulino Gonçalves e equipe

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Fluxo de execução congestionado e Ordem do Comitê Gestor do PJe de efetuar a Migração dos processos físicos de execução em trâmite na Vara para plataforma PJe-JT, com autuação de CLE (Cadastro de Processos de Liquidação e Execução), atuando como projeto-piloto.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Investimos no saneamento da execução para melhora dos números da Vara e como estratégia de diminuição do acervo para migração. Trabalhamos então em duas etapas: Saneamento e Migração.

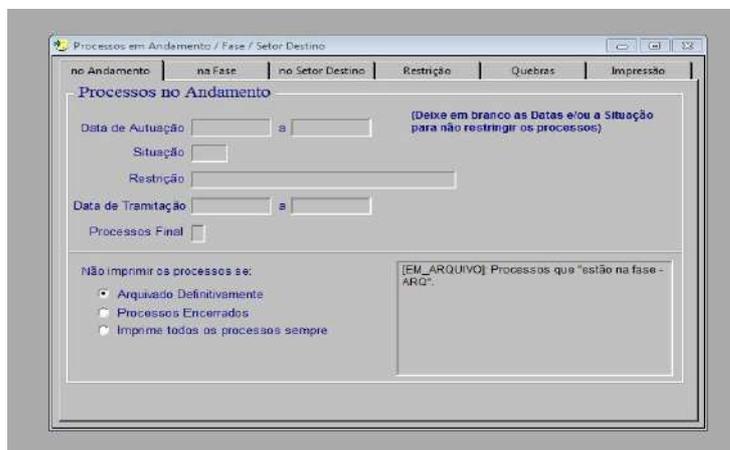
SANEAMENTO DA EXECUÇÃO

Todo trabalho foi realizado com ampla utilização dos Relatórios do SAP, nesta ordem:

1. Análise dos relatórios do SAP com vistas a identificar processos em fase de finalização, agilizando o arquivamento de processos e buscando corrigir eventuais erros ou omissões em lançamentos.

Encontramos aqui processos aguardando retirada de alvará, sendo que o documento já havia sido encaminhado ao banco; processos em que o reclamante estava em lugar incerto e não sabido e o patrono depositou seu crédito; processos remetidos ao arquivo sem lançamento das ocorrências que finalizam a execução (RMA sem EEN/ARQ).

2. União de Execuções contra o mesmo devedor. A primeira etapa foi a identificação dos grandes devedores da VT de Batatais partindo do relatório do SAP – Ocorrência/Andamento/Fase/Setor destino. O relatório relaciona com competência



processos de execução tanto em arquivo provisório como em andamento. Realizamos a mesma pesquisa no PJe.

Identificados os grandes devedores, elegemos processos pilotos, escolhendo aqueles com polo passivo mais amplo (sócios e eventuais empresas com reconhecimento de pertença a mesmo grupo econômico) e com execução em fase mais adiantada. Foram incluídos no polo ativo do piloto todos os credores e advogados. Extinguimos os processos filhos e os remetemos ao arquivo.

Processos apensados: excluímos o processo que encabeçava os apensos do BNDT. Desapensamos apenas no sistema e esclarecemos o procedimento em despacho (não é necessários desmontar os processos). Incluímos exequentes dos apensos no polo ativo do piloto. Refizemos a inclusão do processo piloto no BNDT. Extinguimos/Arquivamos/ Remetemos ao arquivo os processos desapensados em caixa fictícia.

3. Extinção de processos: Com a anuência do Juiz, utilizando permissivos dos regulamentos do TRT e TST, identificamos outros processos passíveis de extinção:

3.1. Identificamos nosso grande vilão que eram as execuções frustradas. Tínhamos segurança de que não foram enviados prematuramente para arquivo provisório execuções com chance de solvência. Todas as ferramentas disponíveis foram utilizadas à exaustão, realizada despersonalização. Todos os processos tiveram execução suspensa, depois de ano a execução foi retomada, tudo sem êxito.

Fizemos então a extinção de processos com permissivo da Recomendação CGJT 02/2011 (execução frustrada, paralisada após exaustiva pesquisa de bens, com expedição de certidão de crédito sob demanda, para eventual ajuizamento de execução pelo PJe, mediante indicação de bens pelo exequente).

3.2. Extinção de processos de Massa Falida com créditos habilitados na ação falimentar com permissivo no Comunicado GP-CR 06/2014.

3.3. Extinção de Execução Previdenciária Frustrada com permissivo no Comunicado GP-CR n. 07/2014 do TRT da 15ª Região, combinado com previsão dos artigos 11 e seguintes do Capítulo INSS da CNC.

3.4. Extinção de Execução Previdenciária com pagamento parcelado diretamente na União, com o mesmo fundamento da providência anterior e ainda em razão de determinação expressa do então Desembargador Corregedor Regional, Dr. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella em Correição Ordinária.

3.5. Devolução de precatórias com providências pendentes na origem (por exemplo aguardando cumprimento de acordo para levantamento de penhora).

3.6. Identificação de Execuções Fiscais frustradas para verificar possibilidade de declarar prescrição.

MIGRAÇÃO

A migração consiste no cadastramento do autuação de CLE (Cadastro de

Processos de Liquidação e Execução) na plataforma do PJe, com dados cadastrais do SAP. Foi desenvolvido por nossa TI, em adaptação de programa do TRT da 10ª Região, programa de migração de dados. Fomos piloto também no teste do programa.

Providência preliminar:

1. Saneamento dos cadastros dos advogados e partes sem CPF no SAP. Para partes há recurso no SAP que informa os CPF irregulares. Para os advogados utilizamos um relatório fornecido pela TI. O programa de carga não funciona se os envolvidos não tem CPF.

2. Organização dos trabalhos mediante extração de relatórios do SAP por fase/ocorrência ou Relatórios do e-Gestão fornecidos pela Corregedoria. Distribuição de lotes entre todos os servidores, separados por assunto. Por exemplo: Um servidor migra e tramita todos os processos aguardando pagamento de precatório; outros processos aguardando pagamento de acordo em execução; outros processos aguardando baixa de recurso em trâmite do TST etc.

3. As cargas foram realizadas em pequenos lotes de processos. Cada servidor ordenava a carga de seu lote, conferia os dados do CLE em elaboração, assinava e protocolava o CLE no PJe. Neste momento fazíamos a correção de cadastro de Fazenda Pública, Ministério Público do Trabalho, cadastrávamos advogados ainda não inseridos no PJe. Cada servidor foi orientado a fazer a primeira carga no treinamento para familiarização com a ferramenta. A segunda carga já era feita na produção.

A próxima etapa era certificar brevemente do PJe a situação do processo no SAP. Foi levado para o CLE o último carimbo do SAP: AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE ACORDO DEZ 2016, COMPROVAÇÃO DEPÓSITO SET 2015, PRECATORIA EXPEDIDA AGO 2015, INDICAÇÃO BENS NOV 2015, SEF – SUSPENSO EXEC FRUSTRADA JUL 2015 etc.

Em seguida o processo foi tramitado no PJe em INICIAR LIQUIDAÇÃO ou INICIAR EXECUÇÃO e o processo movido para AGUARDANDO CUMPRIMENTO DE PROVIDÊNCIA na caixa da quinzena correspondente. Tarefa terminada no PJe. O processo será analisado apenas quando for movimento pelo vencimento do prazo.

4. Tramitar no SAP a ocorrência PJE.

5- Na medida em que os processos forem analisados e despachados – no vencimento de prazo ou na existência de petição sem apreciação serão anexados no processo eletrônico as peças necessárias para o prosseguimento (Acordo e Cálculos para executar inadimplência, Auto de Penhora para inclusão em hasta pública etc).

C. RESULTADO AUFERIDO:

O início dos trabalhos deu-se em abril de 2015. No mês de março o número de execuções pendentes de finalização era 1248 entre SAP e PJe. Destes, 1132 eram do SAP. Em abril tivemos uma queda radical nos números por conta das

extinções das execuções frustradas, e nosso saldo baixou conforme gráfico abaixo:



Dos processos de execução no SAP aptos à migração, no final de agosto tínhamos 169 processos.

No mês de setembro fizemos a migração com auxílio do programa de carga de dados. Finalizamos setembro com migração de 100% dos processos aptos. Permanecem tramitando no SAP os processos sem trânsito em julgado, pendentes de finalização na fase de conhecimento (acordos com pagamento futuro, processos pendentes de solução de recurso na fase de conhecimento (RR, RE, AI no TST), e as execuções provisórias com providências esgotadas, já que as execuções provisórias em andamento estão no PJe. Na prática trabalhamos agora numa única plataforma.

O resultado do saneamento da execução foi muito bom, porque agora nós percebemos nosso retrato do e-Gestão fiel ao que somos: uma Vara de movimento médio que trabalha com competência. O peso das execuções frustradas pela inexistência do dinheiro não deve macular nosso desempenho. Tanto isso é verdade que intimamos todos os exequentes acerca das extinções e nenhum recurso foi oposto. Não havia dúvida da insolvência dos devedores, havia apenas apego a formalidade.

A migração ocorreu como se fosse uma abertura de volume do processo, em outra plataforma. Os dados cadastrais foram importados do SAP. Os documentos só serão anexados se essenciais para a tramitação, já que os processos físicos permanecem em Secretária para consulta e carga.

Durante a migração todos os dias foram extraídos relatórios do SAP para filtrar eventuais inconsistências. O resultado foi ótimo. É mais confortável o trabalho em uma única plataforma. O controle da tramitação fica mais lógico. A equipe participou ativamente da tarefa em todas as fases, auxiliou no planejamento, apontou falhas, sugeriu correções. Cumpriu a missão recebida.

Prática 9

Utilização do Juriscalc pelos Peritos.

- **UNIDADE:** VT de Araras;
- **AUTORIA:** Iara Cristina Gomes - Diretora.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

A demora da liquidação da sentença.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

Determinação de que os peritos contábeis da unidade passassem a utilizar o Juriscalc para a realização do laudo contábil.

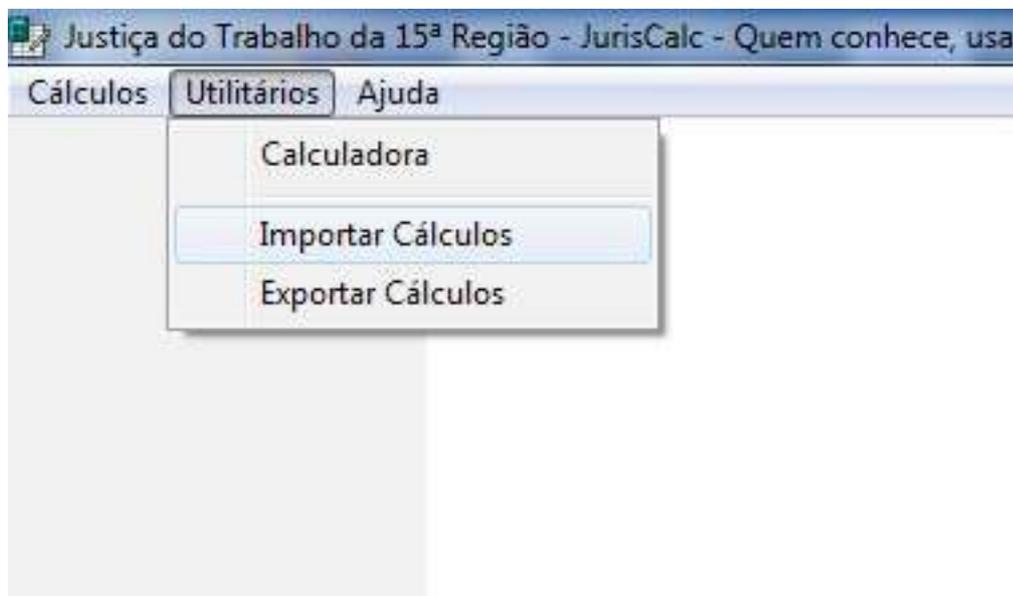
Os peritos encaminham o arquivo em formato próprio (.JCC) para o e-mail da Unidade, que efetuará a importação dos cálculos via Juriscalc, conforme instruções em anexo.

C. RESULTADO AUFERIDO:

Uniformização dos procedimentos para a realização dos cálculos no PJE.

Procedimentos para importação de cálculos

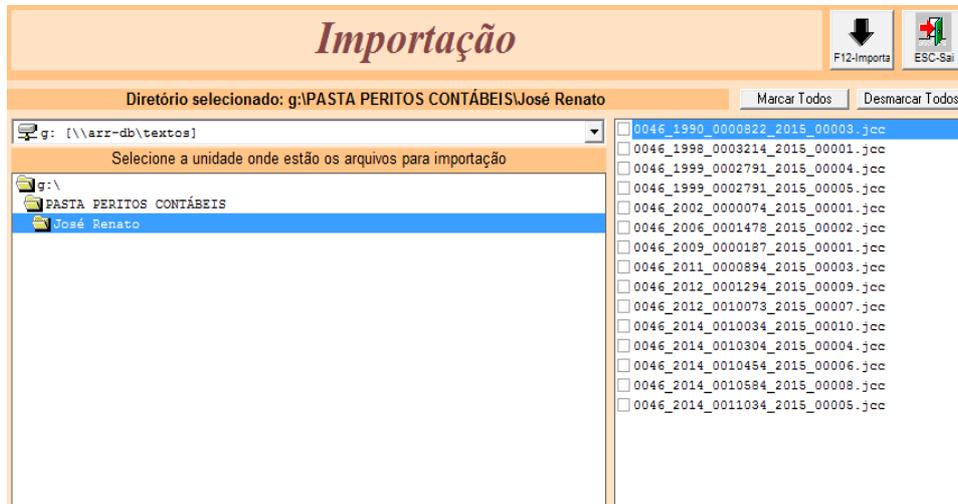
1. Ao receber o arquivo do perito (.jcc), por e-mail, aconselha-se o salvá-lo em pasta predefinida;
2. Abra o *Juriscalc* para dar início à importação do cálculo.
3. Ao visualizar a tela do *Juriscalc*, pressione a tecla "ESC".
4. Escolha o menu: **Utilitários** → **Importar cálculos**:



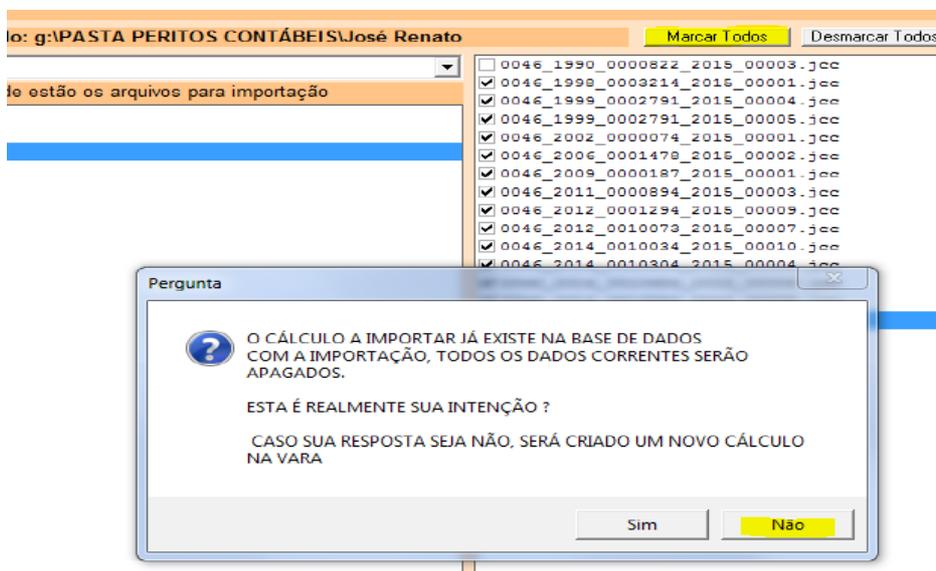
5. Selecione a pasta que contém o arquivo, na Janela **Importação**.



6. use as setas do teclado ou do *mouse* para encontrar a pasta do arquivo salvo anteriormente para importação;
7. Selecione a pasta. Os arquivos aparecerão automaticamente na janela da direita:

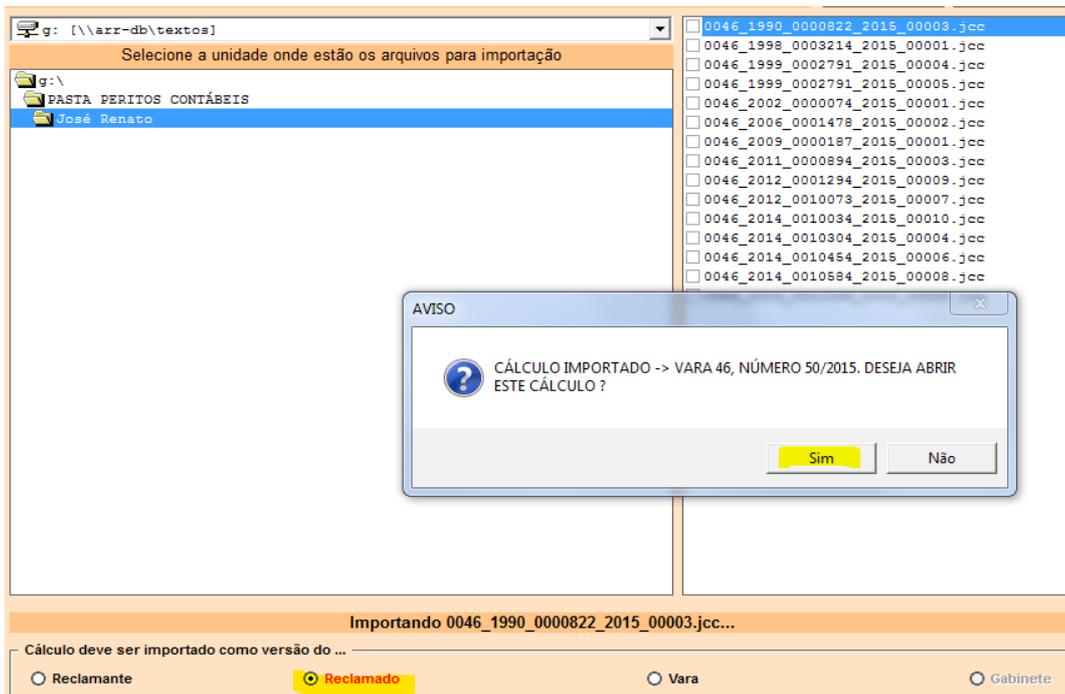


8. Marque a caixa ao lado no nome do arquivo, selecionando o processo.
9. No final da página, escolha **Reclamada**.
10. Clique em **F12-Importar** (topo da página).
11. Existindo uma outra versão do mesmo cálculo no sistema Juriscalc, aparecerá a mensagem que segue:



12. Selecionando **Sim**, ocorrerá um erro e o cálculo não será importado. Selecionando **Não**, será feita a importação com um novo número.

13. Após a correta importação do cálculo, o programa perguntará se deseja abrir o cálculo importado:



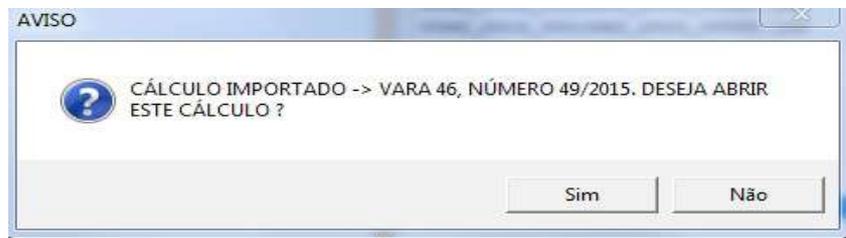
14. Clicando em **Sim**, o cálculo será aberto. Clicando em **Não**, a janela Importação será fechada.

15. Clique em **Sim**, e será aberta a tela **Clonagem - Complemento**.



16. Deverão ser preenchidos os campos com o número do Processo e das partes. A tecla **F12** grava os dados.

17. Aparecerá mensagem que segue. Escolha **Sim**.



18. Finalize com **F4-Clona** no topo da tela:

Termo

Calculadora: F4 - Clona, F7-Exporta, F10-Exclui, ESC-Sai, F12-Grava

CALCULO_IMPORTADO_E_AINDA_NAO_LIQUIDADO

Versão do cálculo apresentado pelo Reclamado

Tipo de Cálculo: Completo Simplificado Externo

Processo (NNNNNN-DD.AAAA.J.TR.0000) ⓘ

11222	57	2015	5	15	0046
-------	----	------	---	----	------

Cálculo - Ano - Setor

49	2015	46
----	------	----

Reclamante: SÉRGIO T DE LIMA

Reclamado: VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA

Admissão	Demissão	Início	Término	Maior Remuneração	Ajuizamento
15/03/2004	08/05/2012	01/05/2015	31/05/2015	0,00	01/05/2015

Previdência do Segurado: Cobrar do Reclamado

FGTS: Depositar FGTS, Aplicar Multa 467 sobre Multa do FGTS

IRRF: Calcular IRRF, Incidir s/ Juros de Mora, Cobrar do Reclamado, Tributação Exclusiva, Tributação Em Separado

Aplicar Encargos Fiscais: Apoiado Maior 65 Anos

Dependentes: 0

Número de Meses: 0

Todas as verbas: 0, Férias: 0, Demais Verbas: 0, 13º Salário: 0

Juros: Havendo pagamentos, priorizar quitação de juros

Texto Livre: DEPÓSITO RECURSAL IP 5D0F74A VALOR ATUALIZADO EM 22/06/2015 R\$ 7.738,79 N° MESES IMPOSTO

19. O cálculo deverá ser clonado como versão da Vara:

Clonagem

Calculadora: F12-Grava, ESC-Sai

Processo (NNNNNN-DD.AAAA.J.TR.0000)

11222	57	2015	5	15	46
-------	----	------	---	----	----

Cálculo deve ser clonado como versão do ...

Reclamante Reclamado Vara Gabinete

Reclamante: SÉRGIO T DE LIMA

Reclamado: VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA

20. Pressione **F12**. Seu cálculo receberá um novo número.
21. Pressione **ESC** duas vezes, para fechar as janelas. Retornaremos à tela inicial (em branco).
22. Clique em **Cálculos** → **Abrir**.
23. Digite o número do processo e pressione **F9**.
24. Selecione o tipo de cálculo: **externo**.

Termo

Última alteração: 29/10/2015 as 15:38:54, por LUCIENEMODEST

Versão do cálculo apresentado pela VARA

Tipo de Cálculo
 Completo Simplificado Externo

Processo (NNNNNN-DD.AAAA.J.TR.OOOO) F9					Cálculo - Ano - Setor			
11222	57	2015	5	15	0046	282	2015	46
Reclamante SERGIO T DE LIMA								
Reclamado VIX TRANSPORTES DEDICADOS LTDA								
Admissão	Demissão	Início	Término	Maior Remuneração	Ajuizamento			
15/03/2004	06/05/2012	01/05/2015	31/05/2015	0,00	01/05/2015			

<input type="checkbox"/> Cobrar do Reclamado <input type="checkbox"/> Depositar FGTS <input type="checkbox"/> Aplicar Multa 467 sobre Multa do FGTS	<input type="checkbox"/> Calcular IRRF <input type="checkbox"/> Incidir s/ Juros de Mora <input type="checkbox"/> Cobrar do Reclamado <input type="checkbox"/> Tributação Exclusiva <input type="checkbox"/> Tributação Em Separado	<input type="checkbox"/> Aplicar Encargos Fiscais <input type="checkbox"/> Aposentado Maior 65 Anos Número de Meses Todas as verbas 0 Férias 0 Demais Verbas 0 13º Salário 0	<input type="checkbox"/> Dependentes 0 <input checked="" type="checkbox"/> Juros Havendo pagamentos, priorizar quitação de juros
---	---	--	--

Texto Livre
 DEPÓSITO RECURSAL IP 5D0F74A VALOR ATUALIZADO EM 22/06/2015 R\$ 7.738,79
 N° MESES IMPOSTO

25. Clique em **F12-Grava** no topo da tela.

Parcelas Atualizáveis

F8-Limpa F10-Exclui F12-Grava

Parcela Parcela

Apelido

Tipo
 Informado Calculado

Vínculo

Geral Valor Base <input type="text"/> Taxa <input type="text"/> Taxa de Juros <input type="radio"/> 0% <input type="radio"/> 1% <input type="radio"/> Selic INSS <input type="radio"/> 0,5% <input type="radio"/> Selic IRRF Início <input type="text"/> Final <input type="text"/> Fixa <input type="checkbox"/>	Índice <input type="radio"/> TR Mensal <input type="radio"/> TR Diária <input type="radio"/> IPCA <input type="radio"/> IPCA-E <input type="radio"/> UFIR <input type="radio"/> TR/INPC <input type="radio"/> IPCAE/TR/IPCAE <input type="radio"/> TR/IPCAE STF <input type="radio"/> TR/IPCAE TST <input type="radio"/> Nenhum	Multa INSS <input type="checkbox"/> Apurar Multa INSS Início <input type="text"/> Final <input type="text"/> Fixa <input type="checkbox"/>
--	---	--

IRRF
 Número de Meses (Competências)
 Todas as verbas 13º Salário
 Demais Verbas Férias

Parcelas Já Lançadas Neste Cálculo - Clique para selecionar

Seq	Descrição
1	PRINCIPAL NÃO TRIBUTÁVEL
2	JUROS S/ PRINCIPAL NÃO TRIBUTÁVEL
1	JUROS S/ PRINCIPAL NÃO TRIBUTÁVEL
1	INSS SEGURADO
1	INSS EMPRESA

Prática 10

Otimização dos recursos para administração do passivo da Unidade.

- **UNIDADE:** 2a VT de Jundiáí;
- **AUTORIA:** Prática coletiva.

A. PROBLEMA ENFRENTADO:

Atraso na tramitação dos processos.

Causas diagnosticadas:

1. Trabalho diário baseado nas petições urgentes do dia anterior, definidas pelo Juiz ou por assunto;
2. Trabalho com processos por vencimento de prazo, sem otimização ou por tipo de petição;
3. Mutirão nos casos críticos.

B. RESUMO DA PRÁTICA:

1. Divisão dos servidores em equipes, conforme Portaria GP-VPJ – CR nº 7/2012: a. conhecimento – duas equipes (1. pré-pauta – instrução – sentença; 2. perícia – recurso – remessa de recurso); b. liquidação; c. execução; d. logística.

2. Fixação da data de corte de 30 dias, para o estabelecimento do passivo.

3. Rotina diária: Pje (3 h) e Processos físicos (4 h) - relatório sem tramitação "do dia":

Relatorio de Processos sem Tramitação

Processos Sem Tramitação

Processo sem tramitação / com prazo vencido desde: 29/09/2015

Ordenar por:

Data de Tramitação Número/Ano
 Ano/Número Ocorrência/Data Tramitação

Tipo de Relatório: Analítico Estatístico

Considerar os processos da contagem:

Forma de impressão:

Imprimir todos os processos desconsiderando as ocorrências do quadro ao lado
 Imprimir apenas os processos com ocorrências do quadro ao lado (desde que tenham Petição não juntada aos autos)

Papel Timbrado

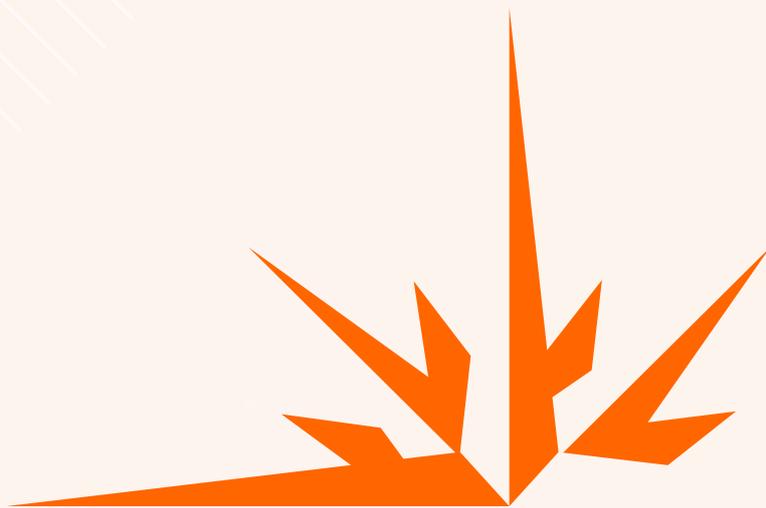
Ocorrências

AAF - AAI - AAM - AEE - AGE - APS
ARQ - CAF - CCP - CDS - CGD - CGJ
CMH - CON - DOA - EDA - ELI - EXA
JNT - NEL - PJE - RAF - RAP - RCA
RDI - REA - RES - REU - RJ - RMA
RMC - RME - RMJ - RMP - RMT - RPG
RVE

Configura Saída Imprimir

IMPORTANTE:
Por trabalhar sobre a tabela de ocorrências, que é muito grande, esse relatório pode ser um tanto demorado.

Realização:



TRT da 15ª Região
CORREGEDORIA REGIONAL